

MEU PERCURSO

O TRAJETO DE QUEM ESCOLHE A
CARREIRA ACADÊMICA

ORGANIZAÇÃO
CAROLINE ALCANTARA
LUCIANA LOURENÇO
MARCIANA G. FARINHA



ORGANIZADORAS

CAROLINE CORRÊA ALCÂNTARA
LUCIANA PAULA LOURENÇO
MARCIANA GONÇALVES FARINHA

MEU PERCURSO

O TRAJETO DE QUEM ESCOLHE A
CARREIRA ACADÊMICA



EDITORA LIVERSO
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP – BRASIL
2024

EDITORA LIVERSO – CORPO EDITORIAL

PRESIDENTE: CAROLINE ALCÂNTARA (UNIFESP)

MEMBROS: PROF. DR. DEMETRIUS ALVES DE FRANÇA (IFB)
PROF^ª. DRA. JAQUELINE RODRIGUES STEFANINI (FEN-UFG / USP)
PROF^ª. MA. LUCIANA PAULA LOURENÇO (IFMG)
PROF^ª. DRA. MARCIANA GONÇALVES FARINHA (UFU)
PROF^ª. DRA. MARINA SAVORDELLI VERSOLATO (UNISANTANA)
PROF. DR. PAULO EDUARDO R. ALVES EVANGELISTA (FAFICH)
PROF. DR. RAPHAEL DE MORAES DUTENKEFER (USP)
PROF^ª. DRA. SHIRLEY MACÊDO VIEIRA DE MELO (UNIVASF)
PROF^ª. DRA. TATIANA BENEVIDES MAGALHÃES BRAGA (UFU)

Presidência editorial: Caroline Corrêa Alcântara
Editoração: Editora Liverso
Coordenação editorial: Marciana G. Farinha e Luciana P. Lourenço
Revisão: André Augusto Lourenço
Projeto gráfico e diagramação: Leticia Balbino (Imagens canvas free)

ISBN: 978-65-982577-1-2
doi.org/10.70043/edli-978-65-982577-1-2

Editora Liverso

Bosque dos Eucaliptos
São José dos Campos
São Paulo / Brasil
www.editoraliverso.com.br
contato@editoraliverso.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Meu percurso [livro eletrônico] : o trajeto de quem escolhe a carreira acadêmica / organização Caroline Corrêa Alcântara, Luciana Paula Lourenço, Marciana Gonçalves Farinha. -- São José dos Campos, SP : Editora Liverso, 2024.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-982577-1-2

1. Carreira acadêmica 2. Educadores - Brasil 3. Ensino superior - Brasil 4. Estudantes universitários I. Alcântara, Caroline Corrêa. II. Lourenço, Luciana Paula. III. Farinha, Marciana Gonçalves.

24-215828

CDD-371.425

Índices para catálogo sistemático:

1. Estudantes universitários : Vida acadêmica : Educação 371.425

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Capítulo 5

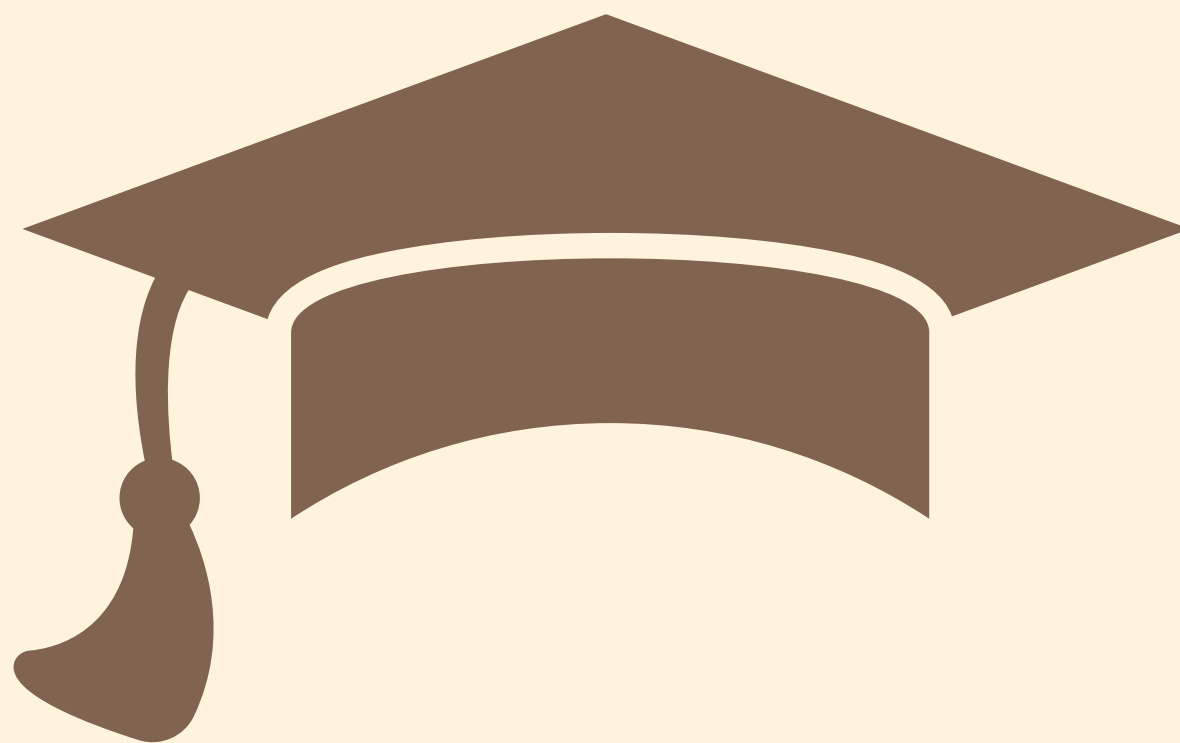
Escola, Conhecimento e Eu.

Janaina Pereira da Silva Frigato

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação: Formação, Currículo e Práticas Pedagógicas da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP); Graduada em Pedagogia (2009) e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade (2014) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4755128531613191>

E-mail: jana.psfrigato@usp.br



MEU PERCURSO

O TRAJETO DE QUEM ESCOLHE A
CARREIRA ACADÊMICA

Clique aqui e volte para
o sumário!



O conhecimento especializado não é adquirido ou produzido informalmente como parte da vida cotidiana das pessoas. [...] Daí a ligação crucial entre o direito ao 'conhecimento poderoso', o currículo e o direito universal à escolarização. Somente se você não pensar que existe um 'melhor conhecimento' ao qual todos têm direito, o princípio da justiça social rejeitaria o direito a um conhecimento poderoso especializado por meio do currículo (Young, 2013, p. 231).

A defesa da escola como espaço de oferta de conhecimento que possibilita aos estudantes a compreensão do mundo em que vivem, nas suas relações mais amplas, é meu tema de pesquisa desde 2012, quando desenvolvi minha dissertação de mestrado intitulada “Função Social da Escola e o Aspecto Educacional do Programa Bolsa Família” no Programa de Pós-Graduação Educação, História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

A pesquisa originou-se da preocupação constante com a ausência de um dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental, o qual retornou à escola após a suspensão do benefício de transferência direta de renda denominado Bolsa Família.

Tal episódio me levou a questionar a razão de os pais/responsáveis enviarem suas filhas e seus filhos às instituições de ensino: se pelo conhecimento a ser adquirido ou se pela condicionalidade da frequência escolar para se receber o benefício.

Assim, naquele momento, foi desenvolvido o estudo que teve como objetivos: compreender a função social da escola e identificar mudanças nessa concepção após a instauração do Programa Bolsa Família, cuja exigência, para ser beneficiário, como já mencionado, é o acesso e a permanência na escola.

Bolsa Família, programa federal de transferência direta de renda, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, tendo como um de seus critérios de pagamento a frequência escolar. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona/lista-de-beneficiarios>.

Os dados obtidos nessa análise me levaram a compreender que a escola, sob a ótica dos pais, professores e agentes administrativos, ampliou sua função de espaço de assistência e de acesso ao conhecimento.

Ou seja, ao mesmo tempo em que os pais esperavam da escola o benefício do Programa Bolsa Família, também acreditavam na “ascensão” social pelo conhecimento.

Tais descobertas alimentaram o meu desejo de compreender a função social da escola, em especial a assumida pela instituição pública, bem como qualificar e defender esse equipamento.

Estudar esse e outros temas relacionados à educação, sempre foi o aceite da convocação de Paulo Freire para mim. Quanto ao inacabamento do sujeito e a construção da completude contínua por meio da abertura e busca do conhecimento, a escola e a universidade têm esse viés, de continuar me completando para compreender melhor bebês, crianças, adultos e os seus processos de ensino e aprendizagem.

Assim, chego no doutoramento interessada pela função primordial da escola que é a oferta de conhecimento, e em como ela foi garantida nos espaços de educação infantil no período da pandemia de COVID-19.

Especialmente porque as propostas de aprendizagem nessa etapa de ensino são baseadas nas interações e brincadeiras corpo a corpo, repletas de presença e sentidos materiais e subjetivos.

Esse desejo foi ampliado pelas minhas experiências como formadora de formadores (docentes e gestoras(res) no Núcleo de Educação Infantil da Divisão Pedagógica (NEI/DIPED) na Diretoria Regional de Educação do Butantã (DRE-BT), em especial no período da pandemia do Covid-19 (2020). Que função teria a escola naquele momento? Como o acesso de bebês e crianças à educação teria sido oferecido e garantido? Essas e tantas outras questões me levaram ao processo seletivo do doutorado, com o projeto de pesquisa intitulado “Escola da Infância na Pandemia: Entre o Constituir-se e o Adaptar-se”, cujo interesse era investigar as práticas pedagógicas ofertadas na pandemia e averiguar se correspondiam às diretrizes que embasam essa etapa de ensino.

O projeto foi aceito pela banca de seleção. No entanto, desde o primeiro encontro com a Profa. Orientadora

Adriana Bauer, questionava-me se tal análise renderia uma tese, tanto devido à transitoriedade do tema quanto às reflexões acadêmicas produzidas concomitantemente à pandemia, que já anunciavam as fragilidades das práticas pedagógicas naquele contexto, além do caráter descritivo que a principal questão de pesquisa possuía, sem o anúncio de uma tese propriamente dita.

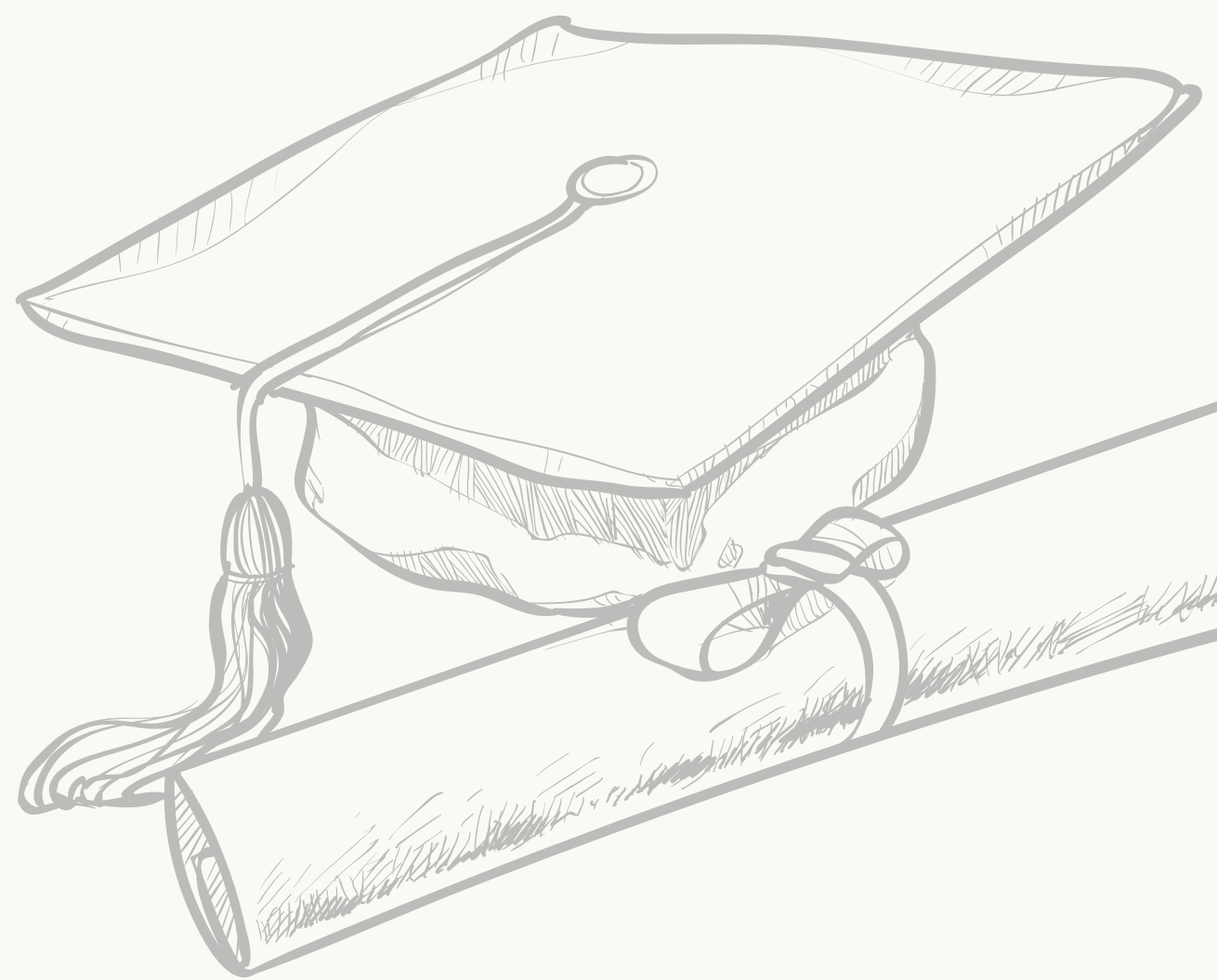
A cada encontro individual (orientação) ou coletivo (grupo de estudos) com a orientadora e suas orientandas, as ideias iniciais do estudo e os caminhos de pesquisa eram provocados, a fim de serem fortalecidos ou modificados.

Minha experiência (docente e como formadora) na Educação Infantil também foi desafiada, para que eu me distanciasse, de certa forma, das “afirmações” dos estudos pessoais e profissionais que fazia no cotidiano do trabalho e pensasse nas hipóteses a serem pesquisadas durante a pesquisa.

Esse importante exercício, juntamente com as leituras de Dubet (2004), Forquin (1993) e Young (2007), somado às disciplinas cursadas, levaram à proposição de um novo projeto, intitulado *“Existe conhecimento poderoso na Educação Infantil?”*, que visa investigar a existência de conhecimento nessa etapa de ensino e se esse conhecimento pode ser considerado poderoso, a partir do conceito de Michael Young.

Pandemia do Covid-19, classificação dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) ao contexto mundial em março de 2020, três meses após a identificação do primeiro caso da doença na cidade de Wuhan, no sudeste da China. Desde então, a covid-19, doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2, se fez presente em dezenas de países e contaminou mais de 655 milhões de pessoas. Isolamento social, uso de máscaras e álcool em gel foram indicados como medida protetiva e preventiva. Escolas e outros equipamentos considerados não essenciais se mantiveram fechados em 2020, o que exigiu a reorganização das práticas escolares, passando estas a serem ministradas a distância por meio da internet.

Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/pandemia-de-covid-19.htm>.



Para isso, serão analisados os documentos curriculares federal e municipal da Educação Infantil, com intuito de identificar os conhecimentos indicados para serem trabalhados nesta etapa de ensino, bem como levantados os conhecimentos que professores de EMIs buscam trabalhar com as crianças. A partir desses levantamentos, será discutido se indicações curriculares podem ser consideradas essenciais na formação das crianças.

Tal interesse surge dos diálogos formativos (com docentes e gestores) sobre conhecimentos e direitos de aprendizagem inerentes à Educação Infantil e sua materialização no cotidiano dos espaços educativos das infâncias, e também das discussões na orientação individual e no grupo de estudos, em que foram trabalhados conceitos como conhecimento, cultura, poder, controle, disputa e suas relações com o currículo.

Nessas discussões, percebeu-se a dificuldade de explicitar os conhecimentos a serem garantidos nessa etapa inicial de ensino, os quais, fomentados pelas diferentes compreensões da pedagogia da infância, parecem não ser indicados previamente em documentos oficiais, sob a premissa de que seriam construídos a partir da escuta e participação de bebês e crianças na construção da prática pedagógica. Todavia, a existência de documentos curriculares federais e municipais para essa etapa de ensino indicam percursos formativos e garantia de experiências mínimas de aprendizagens para todas as instituições do Brasil. E se existe algo a aprender, também existe algo a ser ensinado, como afirma Forquin (1993):

É este algo a ser ensinado, “esta aquisição de alguma coisa”, que interessa a este estudo. É importante destacar que não se deseja construir listas de conteúdo ou metodologias de ensino, mas, uma vez que a Educação Infantil é considerada a primeira etapa da educação básica no Brasil, é oferecida em instituições escolares e desenvolve processos de “ensino e aprendizagem”, cabe questionar: existe conhecimento na Educação Infantil? Pode-se considerá-lo poderoso?

Tais indagações baseiam-se na pergunta do sociólogo Michael Young (2007), que questionou o papel da escola a fim de explicitar o propósito específico dela, a saber: promover a aquisição do conhecimento poderoso, definido como:

[...] ninguém pode ensinar verdadeiramente se não ensina alguma coisa que seja verdadeira ou válida aos seus próprios olhos. Esta noção de valor intrínseco da coisa ensinada, tão difícil de definir e de justificar quanto de refutar ou rejeitar, está no próprio centro daquilo que constitui a especificidade da intenção docente como projeto de comunicação formadora (p. 9).

Quer se tome a palavra ‘educação’ no sentido amplo, de formação e socialização do indivíduo, quer se restrinja unicamente ao domínio escolar, é necessário reconhecer que, se toda a educação é sempre a educação de alguém por alguém, ela supõe sempre também, necessariamente a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências, crenças, hábitos, valores, que constituem o que se chama precisamente de “conteúdo” da educação. [...] a que este conteúdo que se transmite na educação é sempre alguma coisa que nos precede, nos ultrapassa e nos institui enquanto sujeitos humanos, pode-se perfeitamente dar-lhe o nome de cultura (p. 10)

Tais indagações baseiam-se na pergunta do sociólogo Michael Young (2007), que questionou o papel da escola a fim de explicitar o propósito específico dela, a saber: promover a aquisição do conhecimento poderoso, definido como:

Deseja-se com este estudo discutir se o “conhecimento especializado [...] potencialmente adquirido na escola” está presente também na Educação Infantil, com o propósito de contribuir para a qualidade do atendimento oferecido aos bebês e crianças, para o fortalecimento da identidade dos espaços educativos das infâncias e para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas.

Conceito que não se refere a quem tem mais acesso ao conhecimento ou quem o legitima, mas refere-se ao que o conhecimento pode fazer, como, por exemplo, fornecer explicações confiáveis ou novas formas de se pensar a respeito do mundo [...] é o conhecimento especializado, [...] conhecimento independente do contexto ou conhecimento teórico – desenvolvido para fornecer generalizações e julgamentos e é geralmente, mas não unicamente relacionado às ciências. É esse conhecimento que é pelo ao menos potencialmente adquirido na escola e a ele que me refiro como conhecimento poderoso (Young, 2007, p. 1296).



Pedagogia da infância credita a criança [e o bebê] com direitos, compreende a sua competência, escuta a sua voz para transformar a ação pedagógica em uma atividade compartilhada. [...] pensa a criança [e o bebê] como ser participante, e não um ser em espera de participação (Formosinho, 2007, p. 7).

Os objetivos e motivações desta pesquisa, explicitados acima, sempre se apresentaram como uma indagação sobre a realidade tão pessoal como percebido no último semestre com a experiência da disciplina: “Letramento emergente lúdico na infância e alfabetização: desatando os nós da desigualdade social”, a qual esmiuçou o letramento lúdico como estratégia primordial para alfabetização, aquisição da leitura e justiça social, aspectos que se relacionam diretamente com o conhecimento poderoso investigado nesta pesquisa.

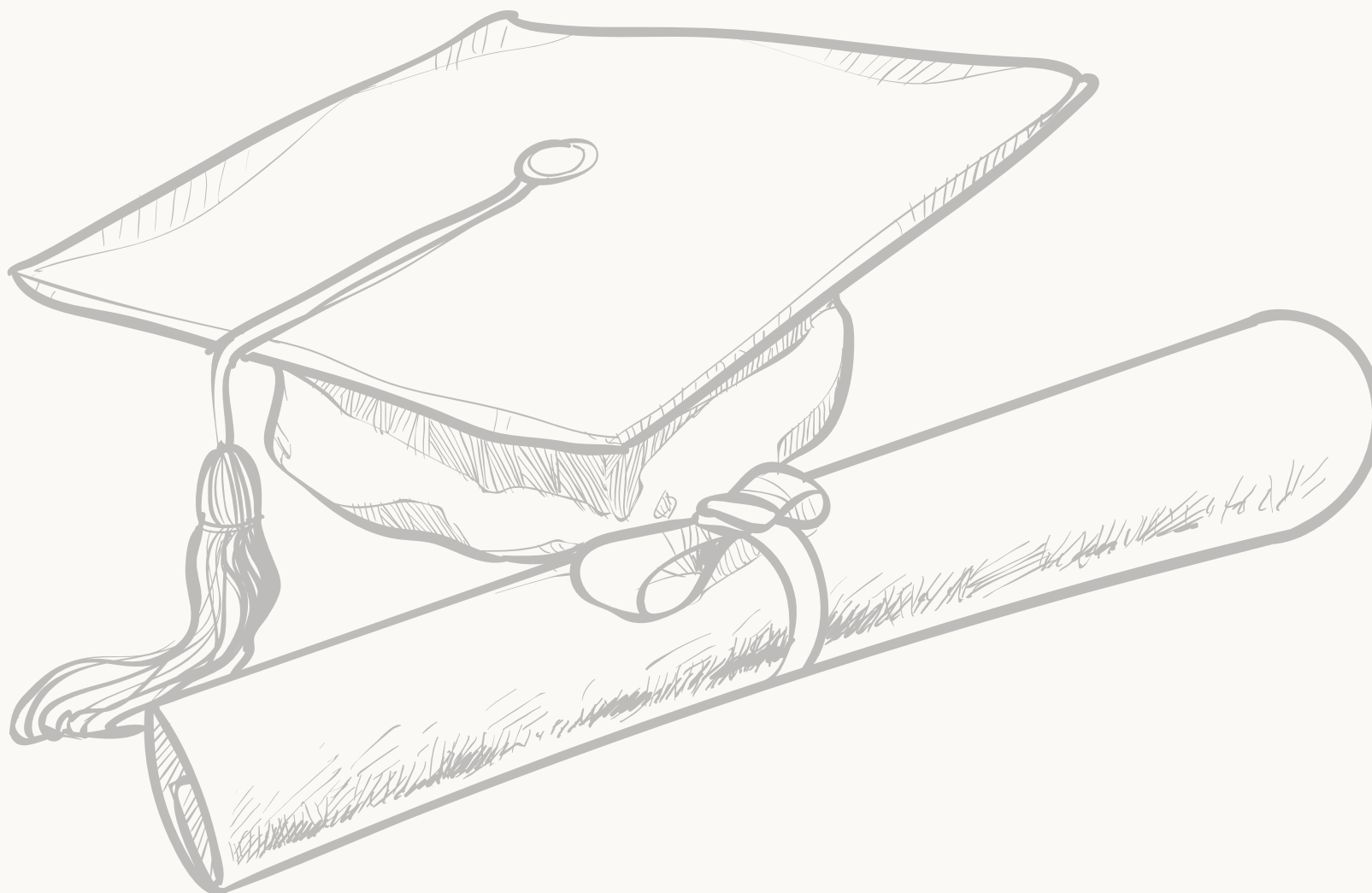
A cada aula, houve o convite a olhar para nossa trajetória de aquisição de leitura e escrita e também para as práticas dessa área, ofertadas ou conhecidas por nós, nos espaços educativos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Em um desses exercícios, registramos nossas lembranças do como fomos alfabetizados.

Lembrei-me de pouca coisa da escola: a cartilha, a professora e alguns colegas. No entanto, lembrei objetivamente das conversas da minha mãe enquanto me arrumava para ir para escola e me dizia: “Você vai para escola aprender e, assim, poder escolher ser o que você quiser ser”. Na ocasião, não entendia muito e bem o que ela queria dizer, porém, passados mais de 30 anos, essa memória veio como uma reafirmação e defesa do porquê estudo e defendo uma escola de conhecimento para qualquer pessoa.

Porque, alguém que conhece o que a escola pode e deve ofertar, tem a possibilidade de fazer escolhas mais autônomas e talvez livres de pré-conceitos, amarras e limitações. Era isso que minha mãe, mesmo sem saber, estava me dizendo ao compartilhar sua compreensão da função social da escola.

Compreensão que me marcou e de certa forma me trouxe até aqui, ao processo de doutoramento. As memórias das conversas com minha mãe reverberam até hoje nos encontros com docentes, gestores e familiares, que enviam seus bebês e crianças para escola com menos confiança que minha mãe. Principalmente pela circularidade dos “conhecimentos”, e por suas diferentes fontes (mídias sociais e influencer).

Aquela ideia “de médico, professor, psicólogo e louco, todo mundo tem um pouco” se ampliou com o advento da tecnologia e, com a presença da internet, se está em muitos lugares, se consome muitas coisas e se desconfia de tudo. E isso se tornou outra motivação para investigar o conhecimento inerente à escola.



Enfim, estamos investigando os conhecimentos que constituem currículos e as trajetórias acadêmicas de docentes, com o intuito de continuar superando o nosso estado de inacabamento, pois atuar na educação e o estar na escola é sempre um grande exercício de ação-reflexão-ação, permeado por situações e problemas que exigem respostas imediatas para dar conta do fazer educativo e por indagações mediadas que nos ajudam a entender os contextos, as relações e representações dos diferentes autores sobre essa área e espaço. Sigamos indo e vindo para ir um pouco mais adiante.

Referências

DUBET, F. O que é uma escola justa?. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004

FOURQUIN, Jean, C. Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Tradução Guacira Lopes Louro. — Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Ana Maria, A. Pedagogia da libertação em Paulo Freire. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática / Paulo Freire. — São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)

YOUNG, Michael. Superando a crise na teoria do currículo: uma abordagem baseada no conhecimento. Cadernos Cenpec, São Paulo, v.3, n.2, p.225-250, jun. 2013.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas?. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007